



Oliveira do Bairro câmara municipal

CONVITE

Procedimento por Consulta Prévia para “Serviços técnicos especializados de manutenção e conservação de equipamentos do Parque Desportivo Municipal”



Oliveira do Bairro câmara municipal

CONVITE

PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA PARA “SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL”

Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (doravante apenas designado por CCP), conjugados com os artigos 112.º a 127.º do mesmo Código, bem como a demais legislação subsidiária, o Município de Oliveira Bairro convida V. Exas. a apresentar proposta para **Serviços técnicos especializados de manutenção e conservação de equipamentos do Parque Desportivo Municipal**, em conformidade com o definido no artigo 115º do CCP, no âmbito de **Procedimento por Consulta Prévia**, regulado nos termos dos artigos 112.º a 127.º do referido Código, e de acordo com as condições estabelecidas no Caderno de Encargos (adiante designado por CE), em anexo, e com observância das seguintes condições estabelecidas

A Consulta Prévia com apelo ao disposto na referida alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20º e 112º do CCP, tem por base a insuficiência de recursos próprios da autarquia para proceder àquela **Prestação de Serviços**.

1 – Identificação do Procedimento

O presente procedimento que tem por objeto a aquisição de “Serviços técnicos especializados de manutenção e conservação de equipamentos do Parque Desportivo Municipal”, nos termos das cláusulas que o integram, de acordo com as condições estipuladas no Caderno de Encargos, **Anexo E – Especificações Técnicas**

2 - Entidade Adjudicante

A entidade pública contratante é o **Município de Oliveira do Bairro**, sita na Praça do Município – 3770-851 Oliveira Bairro, com o NIPC 501 128 840, telefone nº 234732100, com o seguinte endereço eletrónico: cmolb@cm-olb.pt.

3 - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, consubstanciada na autorização de abertura de **Procedimento por Consulta Prévia** previsto nos normativos supra referidos, foi determinada por **Despacho** do Senhor Presidente da Câmara, datado de **03 de dezembro de 2024**, tomada no âmbito de competência própria para autorização de despesa, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99 de 08 de junho, artigo este repristinado pela Resolução nº 86/2011 de 11 de Abril da Assembleia da República e do artigo 36º, 38º do CCP e alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Oliveira do Bairro câmara municipal

4 – Fundamento para a escolha do Procedimento

Procedimento por Consulta Prévia, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, conjugado com o disposto no artigo 112º a 127.º do mesmo Código.

5 – Adjudicação por Lotes

O presente procedimento não contempla a adjudicação por lotes, nos termos do artigo 46º-A, 2 *a contrario* do CCP.

6 - Preço-base

6.1 - Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base do presente procedimento é de **28.000,00 €** (vinte e oito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, quando e se aplicável, valor este que é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, de acordo com as condições previstas no CE e anexos, sendo excluída a proposta com preço superior ao referido.

6.2 - O preço-base foi determinado ao abrigo do nº 3 do artigo 47º do CCP, resulta da consulta preliminar ao mercado prevista no artigo n.º 35.º-A do mesmo código.

7 - Critério de adjudicação

7.1 - O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondentes a um único aspeto de execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, de acordo com o definido na alínea b) do nº 1 do artigo 74.º do CCP.

8 – Esclarecimento, retificações e alterações das peças do procedimento, apresentação de lista de erros e omissões

8.1 - As peças do concurso, estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa acinGov, desde o dia da colocação do respetivo procedimento na Plataforma Eletrónica.

8.2 - O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, download das peças de procedimento. Para efeitos de apresentação de proposta ou envio de notificações/comunicações à entidade adjudicante deverá ser possuidor de um pacote de selos temporais. Para ter acesso à plataforma da acinGov, deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, selecionar "Adira aqui" (no topo da página).

8.3 - Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário, e no final enviar a documentação solicitada para a acinGov. Para mais informações detalhadas contate o call center da acinGov, através do número 707 451 451.

8.4 - Nos termos estipulados no nº 1 do art. 50º do CCP, os interessados podem até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, solicitar por escrito, na Plataforma Eletrónica de



Oliveira do Bairro câmara municipal

Contratação Pública acinGov na funcionalidade de “Pedidos” e clicar na opção “Pedidos de Esclarecimentos/Retificação”, esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento e apresentar a lista de erros e omissões, na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das Peças do Procedimento por si detetados.

8.5 - A resposta aos esclarecimentos solicitados e aos erros e omissões assinalados a que refere o número anterior serão nos termos estipulados no nº 5 do art. 50º do CCP, prestados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, por escrito, através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov.

8.6 - Os esclarecimentos e as retificações são publicitados na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov, na funcionalidade de “Pedidos”>”Pedidos” de Esclarecimento/Retificação”, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

8.7 - A entidade competente para a decisão de contratar deve proceder à retificação das peças do procedimento, até ao termo do prazo, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites e deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

8.8 - Os esclarecimentos e as retificações, bem como as listas de erros e omissões referidas nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

9 - Prazo e modo de entrega da proposta

9.1 - A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados **até às 17h00m do 6.º dia** a contar da data **do envio do Convite à apresentação de propostas**, por meio de transmissão eletrónica de dados, através da Plataforma Eletrónica acinGov.

9.2 - Sempre que aquele prazo terminar ao sábado, domingo ou feriado, o mesmo será prorrogado até às 17h00m do dia útil imediatamente a seguir.

9.3 - A apresentação das propostas e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, através da Plataforma Eletrónica acinGov, devendo cumprir o disposto no ponto seguinte:

9.3.1 – Após aceder ao procedimento e consultar as peças deste, poderão submeter as propostas no separador “Propostas” – “Consulta/Editar Propostas”. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente as propostas e todos os documentos que lhe associarem, nos termos e condições estipuladas no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

10 - Propostas Variantes

10.1 - Não são admitidas propostas variantes, nos termos do artigo 59º do CCP, nem são admitidas propostas parciais.



Oliveira do Bairro câmara municipal

10.2 - Entende-se como proposta variante aquela que contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas às expressas no Caderno de Encargos.

11. Prazo da obrigação de manutenção de proposta

O concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta durante um prazo mínimo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

12 - Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

13 - Documentos que instruem a proposta

13.1 A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, devendo ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração de Aceitação do conteúdo do CE – Caderno de Encargos, declaração esta que deverá ser elaborada de acordo com o **ANEXO A** junto ao presente **Convite**, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, conforme n.º 4 do art.º 57º do CCP;
- b) Proposta de Preço, a ser elaborada de acordo com o **ANEXO B** junto ao presente **Convite**, devendo indicar o **Preço Global**, sem incluir o IVA, devendo o preço ser indicado em algarismos e por extenso, **até ao Máximo de Três (3) casas decimais**, prevalecendo este em caso de divergência e ser expressamente mencionado que ao preço global indicado acresce, se for o caso, o IVA respetivo, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável e sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
- c) **Lista de Preços Unitários;**
- d) **Declaração de Mandato**, em caso de representação, deverá ser apresentada esta declaração emitida para o efeito, sob pena de exclusão;
- e) **Declaração com referência a aspetos que, do ponto de vista dos concorrentes**, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos serviços propostos;
- f) **Certidão do registo permanente, código do acesso à mesma, ou documento equivalente**, que permita conferir o poder de representação e assinatura do assinante.

13.2 - Todos os documentos da proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, fazendo prova dessa qualidade, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, devendo para o efeito utilizar certificados digitais emitidos por uma entidade certificadora do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado.



Oliveira do Bairro câmara municipal

13.3 – Para efeitos de autenticidade da assinatura eletrónica de todos os documentos, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à Plataforma Eletrónica um documento oficial, nomeadamente, certidão de registo permanente, ou o código de acesso ou documento equivalente, indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 7 artigo 54.º da Lei 96/2015 de 17 de agosto.

13.4 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos.

13.5 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

13.6 – Não serão aceites propostas que contenham expressões restritivas, resolutivas ou excecionais, nomeadamente “preços sujeitos a alterações” e/ou “a confirmar no ato da aquisição”.

14 – Júri do procedimento

14.1 – O presente procedimento é conduzido por um júri, composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes, designados pela entidade competente para decisão de contratar.

14.2 – Ao Júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à entidade adjudicante, nomeadamente, a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a condução da abertura do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

14.3 – O Júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

14.4 – O funcionamento e as competências do Júri são as previstas nos artigos 68.º e 69.º do CCP, podendo ser dispensado nos procedimentos em que seja apresentada apenas uma proposta nos termos do n.º 4 do art.º 67.º do mesmo código.

15 - Análise das propostas

15.1 - Na fase de apreciação das propostas e sempre que se considere necessário para efeitos de análise e da avaliação das mesmas, poderá solicitar-se aos concorrentes, esclarecimentos e suprimentos das propostas apresentadas, fixando prazo para a sua apresentação, nos termos do art.º 72.º do CCP.

15.2 - Na sequência do disposto no número anterior, os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do nº 2 do art.º 70.º do CCP.



Oliveira do Bairro câmara municipal

15.3 - Poderá ser solicitado que, no prazo máximo de 5 dias útil, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

- a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo as declarações dos anexos i e v ao presente Código ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;
- b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
- c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos, incluindo a apresentação de documentos que apenas comprovem factos ou qualidades anteriores à data da apresentação das propostas e desde que não afete a concorrência e igualdade de tratamento.

15.4 - Na análise das propostas, poderá proceder-se à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deva ser corrigido.

15.5 - Após a análise das propostas, o Júri elabora o Relatório Preliminar fundamentado, no prazo de três dias nos termos do artigo 122.º do CCP, ordenando-as a classificação de acordo com os critérios de adjudicação.

15.6 - No relatório mencionado no número anterior, o Júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, que revele alguma das deficiências previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP e ainda, das que não observem as formalidades específicas e que sejam essenciais, nomeadamente a não apresentação dos documentos exigidos no presente convite.

15.7 - O relatório é submetido a Audiência Prévia, a promover pelo Júri do concurso, pelo prazo de 3 (três) dias, nos termos dos artigos 123.º do CCP.

15.8 - Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri pondera as observações formuladas e elabora o Relatório Final de Avaliação das propostas, de acordo com o disposto no artigo 124.º do CCP, que submete à decisão da entidade competente para contratar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

15.9 - Em caso de apresentação de uma única proposta, não há lugar a audiência prévia, nos termos do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos.



Oliveira do Bairro câmara municipal

16 - Notificação da adjudicação e documentos de habilitação a apresentar

16.1 - A decisão de adjudicação é comunicada até ao termo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 76º e n.º 1 do artigo 77º do CCP, juntamente com o Relatório.

16.2 - No prazo máximo de 3 (três) dias úteis subsequentes à notificação da Decisão de Adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de "Adjudicações", os seguintes Documentos de Habilitação nos termos do disposto no artigo 81º do CCP:

a) Declaração conforme modelo constante do **ANEXO D** (modelo II do CCP) ao presente Convite;
b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, designadamente:

i. certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, bem como da respetiva entidade adjudicatária, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP; a qual deverá ser acompanhada da Certidão Permanente ou respetivo código de acesso, para devida consulta.

ii. Certidões emitidas pela Segurança Social (SS) e pela Autoridade Tributária (AT), relativamente à situação regularizada perante a SS e AT ou respetivo consentimento de consulta ao Município de Oliveira do Bairro.

c) Complementarmente, e para efeitos da celebração do contrato escrito, deve ainda ser dada informação sobre o(s) outorgante(s) do contrato com indicação do(s) nome(s) completo(s), número do cartão de cidadão e respetiva data de validade, e documento comprovativo dos poderes conferidos para a assinatura do contrato.

d) No caso de se tratar de uma empresa sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos de habilitação referidos nas alíneas anteriores, deve apresentar o respetivo comprovativo de inscrição na lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

e) Código de Consulta do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), para cumprimento do disposto no artigo 36º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado em Anexo à Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto.

16.3 - Em caso de subcontratação, o adjudicatário pode socorrer-se das habilitações de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

16.4 - Caso se justifique, para cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 81º do CCP, poderá ser solicitado ao adjudicatário, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da respetiva notificação, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos de titularidade das habilitações legalmente exigidas para execução das prestações, ainda que tal não conste no presente convite.



Oliveira do Bairro câmara municipal

16.5 - Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade dos documentos de habilitação, o órgão com a decisão de contratar poderá sempre exigir ao adjudicatário para que este apresente, no prazo de 3 (três) dias úteis os originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

16.6 - Todos os documentos de habilitação deverão obrigatoriamente ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos em outra língua, sob pena de caducidade da adjudicação.

16.7 - Quando o adjudicatário não apresente os documentos de habilitação, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º, por facto que não lhe seja imputável, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 3 (três) dias para supressão de irregularidades, sob pena de caducidade da adjudicação.

16.8 - A não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado no número anterior, por causa imputável ao adjudicatário, ou não redigidos em língua portuguesa ou falta de tradução devidamente legalizada, implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave.

16.9 - O adjudicatário tem 3 (três) dias úteis para se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, designadamente a não apresentação dos documentos de habilitação, de acordo com o previsto nas alíneas a), b) e c) n.º 1 do artigo 86º do CCP.

16.10 - Quando o adjudicatário ou o subcontratado, for nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio poderá apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

17 - Condições de Adjudicação e Pagamento

17.1 - A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, conforme a Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei 22/2015 de 17 de março.

17.2 - O número de compromisso deverá constar na(s) fatura(s)/recibo(s) a emitir para o pagamento das respetivas despesas inerentes ao presente contrato.

17.3 - Não há lugar à adjudicação quando se verifiquem os pressupostos definidos no artigo 79.º do CCP.

17.4 - A decisão de não adjudicação acompanhada dos seus fundamentos deve ser notificada e determina a revogação da decisão de contratar.

17.5 - Caso tenha sido apresentada uma única proposta, a adjudicação é efetuada nos termos do disposto no artigo 125.º do CCP.



Oliveira do Bairro câmara municipal

18 - Prestação da Caução

Nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não é devida a prestação de Caução pelo adjudicatário.

19 - Celebração de Contrato Escrito

19.1 - É exigível a redução do contrato à forma escrita, se o presente fornecimento estiver enquadrado nas situações previstas no artigo 94.º do CCP, salvo nas situações dos casos previstos no artigo 95.º do CCP.

19.2 - Sendo exigível a celebração do contrato escrito, a Entidade Adjudicante, aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta do contrato a celebrar.

19.3 - Após a aceitação da minuta do contrato pelo Adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a Entidade Adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

20 - Despesas e encargos

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação das propostas, constitui encargo dos concorrentes e do adjudicatário, conforme o caso.

21 - Contagem de prazo

21.1 - Os prazos de formação do Contrato são contados nos termos do artigo 470.º do CCP.

21.2 - Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

21.3 - O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte, salvo no que diz respeito ao prazo de apresentação de propostas previsto no número anterior.

22 - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o regime previsto no CCP na sua redação atual e na legislação complementar aplicável.

23 - Junta-se os seguintes Anexos ao presente CONVITE:

Anexo A – Modelo de Declaração (alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do CCPº)

Anexo B – Modelo da Proposta

Anexo C – Caderno de Encargos

Anexo D – Modelo da Declaração (alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP)

Anexo E – Especificações Técnicas



Oliveira do Bairro câmara municipal

Município de Oliveira do Bairro, 04 de dezembro de 2024

O Presidente da Câmara

Duarte dos Santos Almeida Novo, Dr.



Oliveira do Bairro câmara municipal

ANEXO A

Modelo de Declaração

[Anexo I a que se refere a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do Anexo ao Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro que aprovou o CCP na redação que lhe foi dado pelo Decreto-lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto]

1 - _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa) e do C.E - Caderno de Encargos aplicável ao presente procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada _____ (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado CE - Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) _____;

b) _____.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do CCP.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____, ____ de _____ de 20__

_____. [assinatura (4)].

(1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3). Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos nºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP.

(4). Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP



Oliveira do Bairro câmara municipal

ANEXO B

Modelo da Proposta

(Modelo a que se refere a alínea b) do ponto 13.1 do presente Convite)

_____ (indicar nome, estado civil, profissão e morada), em representação (1) de _____ com sede (1) em _____, pessoa coletiva n.º _____ (1), matriculada (1) na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, com o capital social (1) de _____ €, com o NIF _____ obriga-se a executar a prestação de serviços objeto do presente procedimento, no prazo de _____, em conformidade com o CE - Cadernos de Encargos, pelo preço global de _____ € (_____ euros), a que corresponde o preço mensal de _____ € (_____ euros) nos termos do disposto nos Art.º 60º e 97º do Anexo ao Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o CCP (Código dos Contratos Públicos) na redação que lhe foi dado pelo Decreto-lei nº 111-B/2017 de 31 de Agosto, que aprovou o CCP - Código dos Contratos Públicos, preço este que não inclui o IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Mais declara que no preço proposto acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, nos termos do disposto no nº 6 do Art.º 50.º do CCP.

Ao preço mencionado incidirá o imposto do IVA - Imposto Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial, e se submete em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

_____, ____ de _____ de 20__

_____ [assinatura (3)]

- (1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular eliminar os dados solicitados.
- (3). Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.